

Usina Santo Antônio S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina Santo Antônio S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras que compreendem o balanço patrimonial, e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Santo Antônio S.A., relativos ao exercício findo em 31 de março de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2024 foi caracterizado por um período de estabilidade do PIB e alterações moderadas na variação cambial. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2024 com a manutenção da alta taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e do agravamento do conflito no oriente médio.

Contexto da Companhia

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício, porém, tivemos um aumento de 25,7% na moagem de cana-de-açúcar e consequentemente aumento de 22,3% na produção industrial, em relação ao exercício anterior.

Tivemos ainda um expressivo aumento no preço do açúcar e expressiva redução no preço do etanol, condições estas que, combinadas, se traduziram em um resultado consistente e de manutenção em relação ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas da Usina Santo Antônio S.A..

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de energia elétrica e levedura destinada a ração animal, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, ambos no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais de 95% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Outra informação relevante é que durante a safra 23/24, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita líquida.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia e suas coligadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos nossos programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina Santo Antônio S.A. acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido

Embora as projeções mundiais de produção de matéria prima e de produtos acabados para a safra 24/25 sejam de pequena recuperação, estamos confiantes na manutenção dos preços do açúcar, na recuperação do preço do etanol no mercado e na eficiência da nossa capacidade de gestão operacional para esta nova safra.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 23/24 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico, mercadológico e geopolítico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 26 de junho de 2024.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Usina Santo Antônio S.A.

Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santo Antônio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Santo Antônio S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do valor justo do ativo biológico

Ver notas explicativas n.ºs. 3.6, 4 (i) e 10 das demonstrações financeiras

Principal assuntos de auditoria

A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.

O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. Essas projeções requerem julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratamentos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto.

Devido às incertezas e alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, considerando esse assunto significativo em nosso trabalho de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram:

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratamentos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;
- Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e
- Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico.

Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto/SP, 26 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Usina Santo Antônio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	331.759	248.116	Fornecedores	19	45.533	37.268
Contas a receber - Clientes	7	18.360	19.293	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	28.922	29.327
Contas a receber - Cooperativa	8	38.860	57.682	Financiamentos Cooperativa	20b	1.148	-
Estoques	9	14.929	12.256	Passivos de arrendamento	21	1.457	1.712
Ativo biológico	10	65.728	72.789	Instrumentos financeiros derivativos	24	-	161
Adiantamentos a fornecedores	11	64.363	45.671	Impostos e contribuições a recolher		4.835	3.929
Instrumentos financeiros derivativos	24	9.233	4.931	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	2.024
Impostos a recuperar	12	151.114	25.920	Salários e contribuições sociais		19.712	16.963
Demais ativos	13	4.760	2.058	Demais passivos	22	11.187	9.338
		<u>699.106</u>	<u>488.716</u>			<u>112.794</u>	<u>100.722</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber - Cooperativa	8	49.739	31.511	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	125.674	147.694
Impostos a recuperar	12	14.162	9.873	Financiamentos Cooperativa	20b	29.876	30.300
Depósitos judiciais	14	125.413	94.488	Passivos de arrendamento	21	4.621	2.018
Demais ativos	13	37.075	34.012	Impostos e contribuições a recolher		237	237
		<u>226.389</u>	<u>169.884</u>	Demais passivos	22	51.760	56.114
Investimentos				Investimentos			
	17	392.060	371.855	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	77.391	73.053
Imobilizado	18	435.334	374.406	Provisão para contingências	23	166.098	89.338
Intangível		627	405			<u>455.657</u>	<u>398.754</u>
Direito de uso	21	5.443	3.528	Total do passivo		<u>568.451</u>	<u>499.476</u>
		<u>1.059.853</u>	<u>920.078</u>	Patrimônio líquido	26	774.505	618.109
Total do ativo		<u>1.758.959</u>	<u>1.408.794</u>	Capital social		(56.185)	(56.185)
				Ações em tesouraria		122.355	122.355
				Reserva de lucros para aquisição de ações		61.947	47.458
				Reserva legal		14.050	14.050
				Reserva reflexa de investida		49.959	-
				Reserva incentivo fiscal subvenção		223.877	163.531
				Lucros a deliberar			
				Total do patrimônio líquido		<u>1.190.508</u>	<u>909.318</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.758.959</u>	<u>1.408.794</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santo Antônio S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	27	918.517	825.733
Custos dos produtos vendidos	28	(804.029)	(689.879)
Valor justo do ativo biológico	10	<u>4.276</u>	<u>20.484</u>
Lucro bruto		118.764	156.338
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	29	(32.863)	(21.792)
Administrativas e gerais	29	(48.852)	(39.361)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	160.032	81.601
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	17	<u>49.580</u>	<u>56.054</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		246.661	232.840
Receitas financeiras	31	46.283	31.129
Despesas financeiras	31	(26.268)	(33.255)
Variação cambial, líquida	31	<u>1</u>	<u>(462)</u>
Resultado financeiro líquido	31	<u>20.016</u>	<u>(2.588)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		266.677	230.252
Imposto de renda e contribuição social correntes		27.435	(48.457)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(4.338)</u>	<u>(8.747)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>289.774</u>	<u>173.048</u>
Quantidade de ações - em milhares		<u>2.070</u>	<u>2.070</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>139,99</u>	<u>83,60</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santo Antônio S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do exercício	289.774	173.048
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>289.774</u>	<u>173.048</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santo Antônio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros para aquisições de ações	Reserva legal	Reserva reflexa de investida	Reserva incentivo fiscal	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	493.298	(56.185)	68.065	38.806	-	-	189.896	-	733.880
Aumento de capital social (Nota 26a)	124.811	-	-	-	-	-	(124.811)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26d)	-	-	-	-	-	-	(10.795)	-	(10.795)
Reserva para aquisição de ações de acionistas (Nota 26c)	-	-	54.290	-	-	-	(54.290)	-	-
Reserva reflexa de investida (Nota 17)	-	-	-	-	14.050	-	-	-	14.050
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	173.048	173.048
Destinações:									
Reserva legal (Nota 26c)	-	-	-	8.652	-	-	-	(8.652)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26d)	-	-	-	-	-	-	-	(865)	(865)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	163.531	(163.531)	-
Saldos em 31 de março de 2023	618.109	(56.185)	122.355	47.458	14.050	-	163.531	-	909.318
Aumento de capital social (Nota 26a)	156.396	-	-	-	-	-	(156.396)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26d)	-	-	-	-	-	-	(7.135)	-	(7.135)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	289.774	289.774
Constituição de Reserva Incentivos Fiscais (Nota 26c)	-	-	-	-	-	49.959	-	(49.959)	-
Destinações:									
Reserva legal (Nota 26c)	-	-	-	14.489	-	-	-	(14.489)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26d)	-	-	-	-	-	-	-	(1.449)	(1.449)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	223.877	(223.877)	-
Saldos em 31 de março de 2024	774.505	(56.185)	122.355	61.947	14.050	49.959	223.877	-	1.190.508

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santo Antônio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		<u>266.677</u>	<u>230.252</u>
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		117.410	106.510
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	(487)	(592)
Resultado da equivalência patrimonial	17	(49.580)	(56.054)
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10	(4.276)	(20.484)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	72.789	76.671
Juros e variações cambiais provisionados	16	22.808	29.860
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	31	962	(844)
Constituição de provisão para contingências		17.846	28.895
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	1.503	1.661
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(108)	(141)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(6.688)	(25.716)
Varição de ativos e passivos			
Contas a receber		1.527	(10.735)
Estoques		(2.672)	(3.804)
Impostos a recuperar		(40.089)	24.358
Adiantamentos a fornecedores		(16.900)	(3.631)
Demais ativos		(513)	(2.789)
Depósitos judiciais		(30.925)	(28.970)
Instrumentos financeiros derivativos		(5.425)	(4.880)
Fornecedores		8.265	8.852
Impostos e contribuições a recolher		219	(22.615)
Salários e contribuições sociais		2.747	715
Demais passivos		(797)	(37)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>354.293</u>	<u>326.482</u>
Juros pagos ou recebidos	16	(16.920)	(23.123)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.382)	(24.594)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>332.991</u>	<u>278.765</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(61.452)	(52.305)
Aquisição de investimentos		(470)	(12.300)
Aquisição de intangível		(449)	(342)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(180.007)	(141.331)
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	592	603
Recebimentos de dividendos		31.389	33.415
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(210.397)</u>	<u>(172.260)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(1.133)	(1.358)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	16	1.148	1.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	16	(24.321)	(53.281)
Pagamento de dividendos		(7.892)	(11.672)
Pagamento de ações de acionistas	16	(6.753)	(2.943)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(38.951)</u>	<u>(68.254)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>83.643</u>	<u>38.250</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		248.116	209.866
No fim do exercício	6	<u>331.759</u>	<u>248.116</u>
		<u>83.643</u>	<u>38.250</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Usina Santo Antônio S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda Santo Antonio - Estrada Municipal Jácomo Nelson Balbo s/n, Setor Industrial Nordeste, CEP 14166-800, Município de Sertãozinho (SP), Estado de São Paulo, tem como atividades as operações a seguir:

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

A Companhia atua na produção de levedura para comercialização, substancialmente no mercado externo e de energia elétrica no mercado interno.

Aproximadamente 43% da cana-de-açúcar processada e/ou comercializada pela Companhia é própria sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

A Companhia produz ainda cana-de-açúcar orgânica, sendo parte utilizada na fabricação própria de açúcar e etanol, e parcela substancial é comercializada para a parte relacionada Usina São Francisco S.A. para produção de açúcar e etanol orgânicos.

1.2 Investidas

Usina Uberaba S.A. – controlada em conjunto

A Usina Uberaba S.A., com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Usina Uberaba S.A. é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

Agropecuária Iracema Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A. - controlada em conjunto

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxitirato (PHB) e Polihidroxitirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (*Project Design Package*) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A Administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (*BIOCYCLE*) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração da PHB Industrial S.A., ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova Joint Venture com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis, a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Constituição da investida Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. com acervo líquido vertido da investida Agropecuária Iracema S.A., conforme laudo de avaliação de 16 de novembro de 2023.

1.3 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (CBIOs) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de junho de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na Nota 3.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia e de suas investidas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.5 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Notas 3.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 10** – Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 23** – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Ativo biológico; e
- **Nota 24** - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A Administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

3.2 Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (*joint venture*)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de investidas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquela da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a qual é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as políticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(ii) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento*

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(iv) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Capital social**

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

(vi) **Dividendos**

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26d.

3.5 Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	25 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 6 e 24 anos
Veículos	12 anos
Máquinas e implementos agrícolas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros*

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou

não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11 Receita operacional

(i) Venda de produtos – Açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

(ii) Venda de produtos – cana-de-açúcar, energia elétrica, bagaço de cana e levedura

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

3.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

3.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (nota 21).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia pode exercer esta

opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

A Companhia e suas coligadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

3.16 Ativos contingentes

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a Companhia divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

Fixação de preços defasados

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa, da qual a Companhia é cooperada, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em julho de 2023, a Cooperativa realizou o levantamento da sexta parcela do primeiro precatório e da quinta parcela do segundo precatório e em março de 2024 realizou o levantamento da sexta parcela do segundo precatório e parcela única do terceiro precatório, sendo atribuído a Companhia, até 31 de março de 2024, o montante bruto de R\$ 192.932 (até 31 de março de 2023, R\$ 72.677), transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos sobre este valor os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS, no montante de R\$ 37.503 (em 31 de março de 2023, R\$ 14.188), apresentado na nota 30, na rubrica Provisões e Despesas sobre Verba Indenizatória.

Paralelamente, a Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome da Companhia.

Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia, por também entender que o valor repassado pela Cooperativa se trata de verba indenizatória, a Administração da Companhia propôs ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre este valor, garantindo esta discussão mediante depósito judicial, e constituiu provisão para contingência de igual valor demonstrados nas notas 14 e 23.

PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19

A Companhia ingressou em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável da Companhia, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas da Companhia, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS, estamos efetuando o levantamento dos valores envolvidos de acordo com o entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, para posterior registro, e ainda aguardamos o julgamento do MS.

Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

A Companhia também discutiu judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em Mandado de Segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A Administração, em conjunto com assessores internos e externos, através de Pedido de Habilitação de Crédito Decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, perante a SRF, obteve despacho de deferimento do Pedido de Habilitação, nos termos do artigo 103, incisos de I a V, da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021. Destaca-se que o mero deferimento do Pedido ora deferido, não se constitui em reconhecimento do direito creditório pleiteado ou homologação da compensação pretendida. Após o deferimento do Pedido de Habilitação, a Administração avalia com assessores externos a escrituração dos créditos, e a possibilidade de compensação com tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

Além disto, a Companhia está avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol.

3.17 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na nota 12(i) e nota 26(c-iv) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2024.

3.18 Mudanças nas políticas contábeis materiais

a. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação*

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de abril de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos, onde uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de março de 2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados.

b. *Imposto mínimo complementar global*

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.

A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. *Informação de políticas contábeis materiais*

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 3 - Políticas contábeis materiais (2023: Políticas contábeis significativas) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – WACC.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024). A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. *Classificação dos passivos como circulante e não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações CPC 26)*

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024). Conforme divulgado na nota 20, a Companhia tem empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de março de 2024, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b. *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)*

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024).

A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação

c. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	535	583
Aplicações financeiras	331.224	247.533
	331.759	248.116

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 110% do CDI (em 31 de março de 2023 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

7 Contas a receber - Clientes

	31/03/2024	31/03/2023
Venda de cana (i)	12.946	13.167
Clientes diversos	6.208	6.920
	19.154	20.087
(-) Provisão para perdas esperadas	(794)	(794)
	18.360	19.293

- (i) Saldo a receber por venda de cana orgânica para a parte relacionada Usina São Francisco S.A. Vide nota 25(b).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	(794)	(794)
(-) Reversão de provisão	-	-
	(794)	(794)

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
A vencer		
até 30 dias	2.543	3.841
de 31 até 90 dias	12.946	13.489
de 91 até 180 dias	1.618	763
acima de 180 dias	586	600
	<u>17.693</u>	<u>18.693</u>
Vencidos		
até 30 dias	45	19
de 31 até 90 dias	16	234
de 91 até 180 dias	86	155
acima de 180 dias	1.314	986
	<u>1.461</u>	<u>1.394</u>
	<u>19.154</u>	<u>20.087</u>

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

9 Estoques

	31/03/2024	31/03/2023
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
- Açúcar	189	56
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	17.740	12.200
	<u>14.929</u>	<u>12.256</u>

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	(195)	(195)
(-) Reversão de provisão	-	-
	<u>(195)</u>	<u>(195)</u>

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	72.789	76.671
Aumento decorrente de tratos culturais	61.452	52.305
Diminuição decorrente da amortização	(72.789)	(76.671)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	4.276	20.484
Ativos biológicos no final do exercício	65.728	72.789

Para o atendimento do CPC 29 – Ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/03/2024	31/03/2023
Área estimada de colheita (hectares)	13.849	13.295
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	93,96	95,00
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	133,25	135,21
Valor médio do Kg de ATR	1,2079	1,2382
WACC (a.a.)	7,88%	9,29%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A gestão destes riscos é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto a analisar a tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.3) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 7.342 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 3.989 no valor justo do ativo biológico.

11 Adiantamentos a fornecedores

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de cana e parceria agrícola	62.875	44.730
Fornecedores diversos	1.488	941
	<u>64.363</u>	<u>45.671</u>

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2024/2025.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – Consecana.

12 Impostos a recuperar

	31/03/2024	31/03/2023
ICMS – saldo credor corrente	12.067	8.410
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	5.745	3.929
PIS e COFINS	29.542	21.730
IRRF	3.670	687
IPI	560	580
IR / CS saldo negativo (i)	113.661	-
Outros	30	456
	<u>165.276</u>	<u>35.793</u>
 Circulante	<u>151.114</u>	<u>25.920</u>
 Não circulante	<u>14.162</u>	<u>9.873</u>

- (i) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14. No exercício findo em 31 de março de 2024, em continuidade a adoção do CPC 07 que trata sobre as Subvenções Governamentais, a Companhia fez o reconhecimento dos efeitos das subvenções recebidas, notadamente aquelas relativas ao ICMS incidente sobre as vendas, tendo como fundamento: (i) Redução base de cálculo na venda de açúcar e produtos de confeitaria do capítulo 17 do NCM, conforme RICMS-SP 2000 Livro VI, Anexo II, Artigo 39, Inciso X, (ii) Diferimento venda etanol Anidro Combustível, conforme Art. 419 do RICMS-SP/2000 e respaldado pelo Convênio 110/07, (iii) Redução e isenção na base de cálculo do ICMS na venda de insumos agropecuários, conforme RICMS-SP/2000, Livro VI, Anexo I, Artigo 41, Inciso VII e respaldado pelo Convênio 100/97, (iv) Isenção do ICMS na venda de produtos para Zona Franca de Manaus, conforme Convênio ICMS 65/88, (v) Não tributação de ICMS na exportação de produtos, conforme Resolução Senado Nº 22/89, os quais basicamente dispõem que tais benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Nesse exercício, foram apurados e reconhecidos os créditos líquidos decorrentes da recomposição do IRPJ e CSLL para o período extemporâneo de 2017 a 2022, proveniente de valores pagos a maior, pois à época não foi observada a exclusão de tais benefícios fiscais na apuração do lucro real. Assim, a Companhia para o fim específico da publicidade das demonstrações financeiras, reconheceu créditos extemporâneos diretamente no resultado do exercício, especificamente à crédito na conta de IRPJ e CSLL corrente e na conta de receita financeira. Ainda que o registro contábil dos créditos extemporâneos fora feito diretamente à conta de resultado do exercício (valor principal), a Companhia teve o devido cuidado para que fosse observada a constituição da Reserva de Incentivo Fiscal proveniente do Lucro Líquido do Exercício diretamente no Patrimônio Líquido, quando do encerramento do período, conforme pode-se observar no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido e comentário na nota 26. Dessa forma, o reconhecimento de créditos extemporâneos no exercício findo em março de 2024, foi no montante de R\$ 113.661 (R\$ 89.582 principal e R\$ 24.079 juros) e constam representados no ativo como tributos a recuperar.

13 Demais ativos

	31/03/2024	31/03/2023
Dividendos a receber (Nota 25) (i)	39.714	33.982
Seguros a apropriar	998	495
Outros	1.123	1.593
	<u>41.835</u>	<u>36.070</u>
Circulante	<u>4.760</u>	<u>2.058</u>
Não circulante	<u>37.075</u>	<u>34.012</u>

- (i) Compreendido substancialmente por dividendos a receber da controlada Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. a serem liquidados quando da disponibilidade de caixa da controlada, conforme deliberado em Ata de Assembleia de Sócios Quotistas realizada em 24 de julho de 2015.

14 Depósitos judiciais

	31/03/2024	31/03/2023
Verba indenizatória ação de preços (i)	118.385	87.837
Outros	7.028	6.651
	<u>125.413</u>	<u>94.488</u>

- (i) A Companhia efetuou depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida (IAA – nota 3.16 – Ativo contingente), mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão para contingência tributária pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 23.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	-	-	-	1.539	1.539
Base negativa da contribuição social	837	(837)	-	554	554
Provisão para contingências	510	-	510	-	510
Provisão para perdas esperadas	270	-	270	-	270
Provisão para estoques obsoletos	66	-	66	-	66
Arrendamento CPC 06	(103)	171	68	147	215
	<u>1.580</u>	<u>(666)</u>	<u>914</u>	<u>2.240</u>	<u>3.154</u>
Passivo não circulante					
Ativo biológico - CPC 29	(9.941)	2.974	(6.967)	5.511	(1.456)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27 (vida útil)	(13.403)	384	(13.019)	706	(12.313)
Valor justo investimentos	(7.640)	(8.743)	(16.383)	(2.274)	(18.657)
Depreciação acelerada incentivada	(34.902)	(2.696)	(37.598)	(10.521)	(48.119)
	<u>(65.886)</u>	<u>(8.081)</u>	<u>(73.967)</u>	<u>(6.578)</u>	<u>(80.545)</u>
	<u>(64.306)</u>	<u>(8.747)</u>	<u>(73.053)</u>	<u>(4.338)</u>	<u>(77.391)</u>

Período estimado de realização dos créditos tributários

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2024	31/03/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	185.620	207.321
Passivo de arrendamento	6.078	3.730
Aquisições de ações de acionistas (Nota 22)	60.465	62.865
Total da dívida	252.163	273.916
Caixa e equivalente de caixa	(331.759)	(248.116)
Total da dívida líquida	(79.596)	25.800

	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Aquisições de ações	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2022	259.086	5.260	59.787	324.133	(209.866)	114.267
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	1.000	-	-	1.000	-	1.000
Pagamentos - Principal	(53.281)	(1.358)	(2.943)	(57.582)	-	(57.582)
Pagamentos - Juros	(23.123)	-	-	(23.123)	-	(23.123)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	(38.250)	(38.250)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	(372)	-	(372)	-	(372)
Juros provisionados	23.639	200	-	23.839	-	23.839
Atualização de aquisições de ações	-	-	6.021	6.021	-	6.021
Dívida líquida em 31 de março de 2023	207.321	3.730	62.865	273.916	(248.116)	25.800
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	1.148	-	-	1.148	-	1.148
Pagamentos - Principal	(24.321)	(1.133)	(6.753)	(32.207)	-	(32.207)
Pagamentos - Juros	(16.920)	-	-	(16.920)	-	(16.920)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	(83.643)	(83.643)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	3.418	-	3.418	-	3.418
Juros provisionados	18.392	63	-	18.455	-	18.455
Atualização de aquisições de ações	-	-	4.353	4.353	-	4.353
Dívida líquida em 31 de março de 2024	185.620	6.078	60.465	252.163	(331.759)	(79.596)

17 Investimentos

Nenhuma das Companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	31/03/2024	31/03/2023
Controladas e coligadas	308.495	284.089
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.250	813
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	8.614	8.614
Copersucar S. A.	72.629	77.300
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	720	720
União São Paulo S.A.	268	268
Outros investimentos avaliados ao custo	<u>84</u>	<u>51</u>
	<u><u>392.060</u></u>	<u><u>371.855</u></u>

(i) Ágio das empresas Usina Uberaba S.A., Agropecuária Iracema S.A. e Agropecuária Uberaba Ltda..

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas:

	Usina Uberaba S.A.	Agropecuária Iracema S.A.	Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PHB Industrial S.A.	Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Biowax S.A.	Biowax Tecnologia S.A.	Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Total
Capital Social integralizado 31 de março de 2024	616.759	60.384	3.018	99.877	69	-	10	16	780.133
Patrimônio líquido em 31 de março de 2024	983.183	47.346	4.524	16.447	3.176	-	10	16	1.054.702
Resultado do exercício	201.576	(13.038)	1.505	(2.368)	3.108	-	-	-	190.783
Participação %	27,50%	61,7%	61,77%	25,00%	61,77%	70,00%	50,00%	61,77%	
Saldo em 31 de março de 2022	<u>187.030</u>	<u>29.983</u>	<u>2.545</u>	<u>6.354</u>	<u>1.582</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>227.494</u>
Distribuição de dividendos	(20.998)	-	(681)	-	(1.540)	-	-	-	(23.219)
Aumento de capital (i)	-	7.317	-	2.388	-	-	5	-	9.710
Ganho por acréscimo patrimonial - Subvenção ICMS	14.050	-	-	-	-	-	-	-	14.050
Resultado de equivalência patrimonial	<u>49.975</u>	<u>7.564</u>	<u>998</u>	<u>(4.549)</u>	<u>2.067</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56.054</u>
Saldo em 31 de março de 2023	230.057	44.864	2.862	4.193	2.109	-	5	-	284.089
Distribuição de dividendos	(15.115)	(7.582)	(998)	-	(2.067)	-	-	-	(25.762)
Aumento de capital (ii)	-	(10)	-	588	-	-	-	10	588
Resultado de equivalência patrimonial	<u>55.433</u>	<u>(8.035)</u>	<u>930</u>	<u>(669)</u>	<u>1.920</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.580</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u>270.375</u>	<u>29.237</u>	<u>2.794</u>	<u>4.112</u>	<u>1.962</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>10</u>	<u>308.495</u>

- (i) Aumento de capital na investida Agropecuária Iracema S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 4.857 e da conta de dividendos a receber no montante de R\$ 2.459. Aumento de capital na investida PHB Industrial S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 2.388.
- (ii) Constituição da investida Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. com acervo líquido vertido da investida Agropecuária Iracema S.A., conforme laudo de avaliação de 16 de novembro de 2023 e aumento de capital na investida PHB Industrial S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 588.

Os registros contábeis das investidas e os saldos do patrimônio líquido e resultado do exercício correspondem aos seguintes saldos:

31 de março de 2024	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Uberaba S.A. Consolidado	559.705	852.645	(151.085)	(278.082)	(983.183)	201.576	761.806	(560.230)
PHB Industrial S.A.	2.205	19.454	(213)	(5.000)	(16.446)	(2.368)	109	(2.477)
Agropecuária Iracema S.A.	3.810	62.421	(18.885)	-	(47.346)	(13.038)	9.174	(22.212)
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	40.826	3.043	(456)	(40.237)	(3.176)	3.127	262	2.865
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	18.813	5.858	(147)	(20.000)	(4.524)	1.505	229	1.276
Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	16	-	-	(16)	-	-	-
	<u>625.359</u>	<u>943.437</u>	<u>(170.786)</u>	<u>(343.319)</u>	<u>(1.054.691)</u>	<u>190.802</u>	<u>771.580</u>	<u>(580.778)</u>

18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2022	<u>22.408</u>	<u>60.266</u>	<u>21.256</u>	<u>30.375</u>	<u>576</u>	<u>54.821</u>	<u>109</u>	<u>9.234</u>	<u>34.555</u>	<u>95.969</u>	<u>-</u>	<u>339.569</u>
Adições	19	2.743	527	1.118	141	73.975	-	4.758	22.916	33.237	1.896	141.331
Alienações	-	-	(4)	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(11)
Transferências	3.457	18.915	2.089	1	(12)	-	-	15	(24.465)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(64.658)	-	-	-	-	-	(64.658)
Depreciação	(932)	(7.543)	(3.447)	(4.374)	(145)	-	-	(1.649)	-	(23.735)	-	(41.825)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>24.952</u>	<u>74.381</u>	<u>20.421</u>	<u>27.120</u>	<u>553</u>	<u>64.138</u>	<u>109</u>	<u>22.359</u>	<u>33.006</u>	<u>105.471</u>	<u>1.896</u>	<u>374.406</u>
Custo total	44.897	204.962	53.742	54.725	2.829	517.416	109	38.783	33.006	288.520	1.896	1.240.885
Depreciação acumulada	(19.945)	(130.581)	(33.321)	(27.605)	(2.276)	(453.278)	-	(16.424)	-	(183.049)	-	(866.479)
Valor residual	24.952	74.381	20.421	27.120	553	64.138	109	22.359	33.006	105.471	1.896	374.406
Saldo em 31 de março de 2023	<u>24.952</u>	<u>74.381</u>	<u>20.421</u>	<u>27.120</u>	<u>553</u>	<u>64.138</u>	<u>109</u>	<u>22.359</u>	<u>33.006</u>	<u>105.471</u>	<u>1.896</u>	<u>374.406</u>
Adições	-	2.576	2.655	11.306	126	64.232	-	3.659	46.432	48.627	394	180.007
Alienações	-	(25)	(65)	-	-	-	-	(15)	-	-	(1.792)	(1.897)
Transferências	1.762	13.222	4.397	2.964	121	-	-	60	(22.526)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(72.551)	-	-	-	-	-	(72.551)
Depreciação	(1.220)	(9.267)	(3.766)	(4.484)	(164)	-	-	(2.256)	-	(23.474)	-	(44.631)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>25.494</u>	<u>80.887</u>	<u>23.642</u>	<u>36.906</u>	<u>636</u>	<u>55.819</u>	<u>109</u>	<u>23.807</u>	<u>56.912</u>	<u>130.624</u>	<u>498</u>	<u>435.334</u>
Custo total	46.659	220.735	60.730	68.995	3.076	581.648	109	42.488	56.912	337.147	498	1.418.997
Depreciação acumulada	(21.165)	(139.848)	(37.088)	(32.089)	(2.440)	(525.829)	-	(18.681)	-	(206.523)	-	(983.663)
Valor residual	25.494	80.887	23.642	36.906	636	55.819	109	23.807	56.912	130.624	498	435.334

Obras em andamento

Refere-se substancialmente a investimentos de reparo e melhoria em geral, no parque industrial na atividade agrícola e administrativa, como: i) melhoria no sistema de movimentação de bagaço; ii) abertura de poços artesianos; iii) acionamento da moenda para maior estabilidade e melhoria no processo de extração, iv) equipamentos referente projeto atualização informática, v) construção depósito de agrotóxicos, vi) aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar, vii) caminhões, tratores, pá carregadeira, entre outros, os quais entrarão em operação a partir da Safra 24/25.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2024, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 12.514 (R\$ 14.939 em 31 de março de 2023) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2024, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela Administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 3.5 (iii).

19 Fornecedores

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de cana-de-açúcar	30.415	23.809
Fornecedores diversos	15.118	13.459
	<u>45.533</u>	<u>37.268</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota 24.

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 24.

	31/03/2024	31/03/2023
Passivo circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures(a)	28.922	29.327
Financiamentos Cooperativa (b)	1.148	-
	<u>30.070</u>	<u>29.327</u>
Passivo não circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	125.674	147.694
Financiamentos Cooperativa (b)	29.876	30.300
	<u>155.550</u>	<u>177.994</u>
	<u>185.620</u>	<u>207.321</u>

a. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2024	31/03/2023
Notas de crédito exportação (NCE)	R\$	01/2027	Juros de 1,68% a 1,99% a.a mais CDI	53.133	66.319
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros de 1,28% a.a mais CDI	-	3.012
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a	1.126	1.059
Cédula de crédito exportação (CCE)	R\$	12/2023	Juros de 1,45% a.a mais CDI	-	4.896
Finame	R\$	07/2026	Juros pré-fixados entre 3% a 4% a.a	2.543	3.514
Finame	R\$	12/2029	Juros de 3% a.a mais Selic	7.672	7.701
Finame	R\$	11/2028	Juros de 4,61% a.a mais TLP	1.254	1.524
Custeio	R\$	04/2025	Juros pré-fixados de 6% a.a	1.858	2.789
Cédula de Produtor Rural (CPR)	R\$	01/2027	Juros de 1,15% a 2,33% a.a. mais CDI	4.101	6.855
Debêntures (i)	R\$	08/2028	Juros de 1,5% a.a. mais CDI	82.909	79.352
				<u>154.596</u>	<u>177.021</u>
Circulante				<u>28.922</u>	<u>29.327</u>
Não circulante				<u>125.674</u>	<u>147.694</u>

- (i) Em 20 de agosto de 2021, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, pela Companhia. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais) remunerada a IPCA + 5,55% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”). As debêntures terão prazo de liquidação de 7 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de agosto de 2021, portanto, vencimento em 15 de agosto de 2028, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2025. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2022. A operação está indexada a DI+ 1,50% a.a. via contrato de *Swap*.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2024	31/03/2023
Safra 24/25	-	25.554
Safra 25/26	43.649	42.765
Safra 26/27	37.575	36.692
Safra 27/28	21.877	20.994
Safra 28/29 a 31/32	22.573	21.689
	<u>125.674</u>	<u>147.694</u>

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 18.

b. Financiamentos – Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	31/03/2024	31/03/2023
Repasso de recursos (Selic)	19.175	17.006
Adiantamentos - Cooperativa - Sem correção	11.849	13.294
	31.024	30.300
Circulante	1.148	-
Não circulante	29.876	30.300

21 Passivos de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Saldos iniciais	3.528	5.561
Ajuste por remensuração	3.418	(372)
Despesa de depreciação	(1.503)	(1.661)
Saldos finais	5.443	3.528

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Saldos iniciais	3.730	5.260
Ajuste por remensuração	3.418	(372)
Pagamentos	(1.133)	(1.358)
Juros provisionados	63	200
Saldos finais	6.078	3.730
Circulante	1.457	1.712
Não circulante	4.621	2.018

Divulgações adicionais

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
02 anos	5,14%
03 anos	5,37%
04 anos	5,56%
05 anos	5,79%
06 anos	5,92%

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Ano safra	31/03/2024	31/03/2023
Safra 2023/2024	-	1.712
Safra 2024/2025	1.457	577
Safra 2025/2026	1.457	577
Safra 2026/2027	1.457	577
Safra 2027/2028 em diante	<u>2.338</u>	<u>576</u>
Valores não descontados	6.709	4.019
Ajuste a valor presente	<u>(631)</u>	<u>(289)</u>
Saldos finais	<u><u>6.078</u></u>	<u><u>3.730</u></u>

22 Demais passivos

	31/03/2024	31/03/2023
Dividendos a pagar (Nota 25)	1.685	993
Adiantamento de clientes	29	24
Aquisição de ações de acionistas (i)	60.465	62.865
Outros	<u>768</u>	<u>1.570</u>
	62.947	65.452
Circulante	<u>11.187</u>	<u>9.338</u>
Não circulante	<u><u>51.760</u></u>	<u><u>56.114</u></u>

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu até exercício findo em 31 de março de 2023, ações de alguns acionistas (ações em tesouraria), cujo montante a ser liquidado até 2031 é de R\$ 60.465. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para a Companhia nos termos definido na política de compra.

23 Provisão para contingências

	31/03/2024	31/03/2023
Trabalhistas	1.009	1.009
Tributárias (i)	164.598	87.838
Cíveis	4	4
Ambientais	<u>487</u>	<u>487</u>
	<u><u>166.098</u></u>	<u><u>89.338</u></u>

- (i) Refere-se a provisão para contingências de natureza tributária relacionada aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida (IAA - nota 3.16 – Ativo contingente e nota 14).

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2022	1.009	58.943	4	487	60.443
Constituição de provisão	-	28.895	-	-	28.895
Em 31 de março de 2023	1.009	87.838	4	487	89.338
Constituição de provisão	-	76.760	-	-	76.760
Em 31 de março de 2024	1.009	164.598	4	487	166.098

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Totais
Saldo em 31 de março de 2023	3.880	43.318	-	1.450	48.648
Saldo em 31 de março de 2024	4.369	46.598	-	1.217	52.184

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	331.759	248.116
Contas a receber - Clientes	7	18.360	19.293
Contas a receber - Cooperativa	8	88.599	89.193
Demais ativos	13	41.835	36.070
Instrumentos financeiros derivativos	24	9.233	4.931
		<u>489.786</u>	<u>397.603</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/03/2024			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	331.759	-	-	-
Contas a receber - Clientes	18.360	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	38.860	49.739	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	9.233	-	-	-
Demais ativos	4.760	37.075	-	-
	402.972	86.814	-	-
Passivos				
Fornecedores	45.533	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	37.063	100.651	61.448	-
Financiamentos - Cooperativa	1.148	29.876	-	-
Passivos de arrendamento	1.457	1.457	3.795	-
Demais passivos	11.157	17.409	26.114	8.237
	96.359	149.393	91.357	8.237
	31/03/2023			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	248.116	-	-	-
Contas a receber - Clientes	19.293	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	57.682	31.511	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.931	-	-	-
Demais ativos	2.058	34.012	-	-
	332.080	65.523	-	-
Passivos				
Fornecedores	37.268	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	41.371	91.918	108.785	-
Financiamentos - Cooperativa	-	30.300	-	-
Passivos de arrendamento	1.712	577	1.730	-
Instrumentos financeiros derivativos	161	-	-	-
Demais passivos	9.314	20.554	21.144	14.416
	89.826	143.349	131.659	14.416

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	31/03/2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	535	331.224	331.224
Contas a receber - Clientes	18.360	-	-
Contas a receber - Cooperativa	88.599	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.233	9.233
Demais ativos	41.835	-	-
	<u>149.329</u>	<u>340.457</u>	<u>340.457</u>
Passivos			
Fornecedores	45.533	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	154.596	-	150.912
Financiamentos - Cooperativa	31.024	-	-
Passivos de arrendamento	6.079	-	-
Demais passivos	62.917	-	-
	<u>300.149</u>	<u>-</u>	<u>150.912</u>
31/03/2023			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	583	247.533	247.533
Contas a receber - Clientes	19.293	-	-
Contas a receber - Cooperativa	89.193	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.931	4.931
Demais ativos	36.070	-	-
	<u>145.139</u>	<u>252.464</u>	<u>252.464</u>
Passivos			
Fornecedores	37.268	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	177.021	-	179.093
Financiamentos - Cooperativa	30.300	-	-
Passivos de arrendamento	3.731	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	161	161
Demais passivos	65.428	-	-
	<u>313.748</u>	<u>161</u>	<u>179.254</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar e etanol. Em relação a commodities de açúcar, objetivando a proteção do preço em

condições favoráveis de mercado, a Companhia já pré-fixou o equivalente 41% da estimativa de produção da safra 24/25. Em relação à Safra 25/26, a Companhia não realizou fixações e, mantém o constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 24/25.

b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos e debêntures.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Ativo			
Aplicações financeiras	6	331.224	247.533
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	20	(168.245)	(169.659)
Instrumentos financeiros derivativos ativo	24	9.233	4.931
Instrumentos financeiros derivativos passivo	24	-	(161)

Para a análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, a Companhia utiliza cenários para avaliar as posições ativas e passivas, considerando curvas de juros com variações de 25% e 50% de *stress*. A Companhia entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

O cenário provável adotado pela Administração reflete as projeções de mercado para o próximo exercício.

	31/03/2024	Risco	Cenários										
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%		
			%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	
Ativos financeiros													
Aplicações financeiras	331.224	CDI	10,97%	36.335	13,71%	45.419	16,46%	54.503	8,23%	27.251	5,49%	18.168	
Total dos ativos financeiros	<u>331.224</u>			<u>36.335</u>		<u>45.419</u>		<u>54.503</u>		<u>27.251</u>		<u>18.168</u>	
Passivos financeiros													
Financiamentos - Finame	(1.254)	TLP	8,75%	(110)	10,94%	(137)	13,13%	(165)	6,56%	(82)	4,38%	(54)	
Financiamentos - Finame	(7.672)	SELIC	14,07%	(1.079)	17,59%	(1.349)	21,11%	(1.619)	10,55%	(810)	7,04%	(540)	
Financiamentos - Cooperativa	(19.175)	SELIC	10,75%	(2.061)	13,44%	(2.577)	16,13%	(3.092)	8,06%	(1.546)	5,38%	(1.031)	
Financiamentos – NCE/CPRF	(57.235)	CDI	12,83%	(7.343)	16,04%	(9.179)	19,25%	(11.015)	9,62%	(5.507)	6,42%	(3.672)	
Financiamentos – Debêntures	(82.909)	IPCA	5,55%	(4.601)	6,94%	(5.752)	8,33%	(6.902)	4,16%	(3.451)	2,78%	(2.301)	
Financiamentos – Derivativos	9.233	CDI	14,68%	1.355	18,35%	1.694	22,02%	2.033	11,01%	1.017	7,34%	678	
Total dos passivos financeiros	<u>(159.012)</u>			<u>(13.840)</u>		<u>(17.300)</u>		<u>(20.760)</u>		<u>(10.380)</u>		<u>(6.920)</u>	
Total				<u><u>22.495</u></u>		<u><u>28.119</u></u>		<u><u>33.743</u></u>		<u><u>16.872</u></u>		<u><u>11.248</u></u>	
Impacto no resultado e no PL						<u><u>5.624</u></u>		<u><u>11.248</u></u>		<u><u>(5.624)</u></u>		<u><u>(11.248)</u></u>	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2024 o valor de referência (*notional*) dos contratos de swap de taxa de juros correspondiam a R\$ 82.909 (R\$ 82.084 em 31 de março de 2023).

Os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra variações cambiais e taxa Libor convertendo esta exposição para R\$ e CDI flutuante e, troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais spread. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2024, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* correspondiam a um direito de R\$ 9.233 (em 31 de março de 2023 correspondiam a um direito de R\$ 4.931 e uma obrigação de R\$ 161). Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* vinculados correspondia, em 31 de março de 2024, ao valor de R\$ 73.676 (em 31 de março de 2023 correspondia a R\$ 77.314).

	31/03/2024		31/03/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos SWAP (i)	9.233	-	4.931	161
	9.233	-	4.931	161

(i) Considera o total dos *SWAPs* - dólar para reais e taxa pré para pós.

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma despesa de R\$ 962 (em 31 de março de 2023 correspondia a uma receita de R\$ 844) – Nota 31.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/03/2024	31/03/2023
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	5.527	7.362
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	331.224	247.533
Passivos financeiros	168.244	186.665

Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2024	31/03/2023
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	185.620	207.321
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(331.759)	(248.116)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	<u>(9.233)</u>	<u>(4.770)</u>
(=) Dívida líquida (A)	<u>(155.372)</u>	<u>(45.565)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>1.190.508</u>	<u>909.318</u>
Total do capital (A + B)	<u><u>1.035.136</u></u>	<u><u>863.753</u></u>
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	<u>(15)</u>	<u>(5)</u>

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

25 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 8.061 (R\$ 8.181 em 31 de março de 2023). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital, compra de ações entre as companhias relacionadas e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

	31/03/2024	31/03/2023
Ativo circulante		
Contas a receber		
Usina São Francisco S.A.	14.041	14.887
Agropecuária Iracema Ltda.	-	10
Usina Uberaba S.A.	565	592
Adiantamento a fornecedores de cana		
Agropecuária Iracema Ltda.	8.801	-
Dividendos a receber		
Agropecuária Iracema Ltda.	2.640	-
Usina Uberaba S.A.	<u>277</u>	<u>250</u>
	26.324	15.739
Ativo não circulante		
Dividendos a receber		
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	12.182	11.184
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	24.616	22.550
Adiantamento para futuro aumento de capital		
PHB Industrial S.A.	<u>1.250</u>	<u>813</u>
	38.048	34.547
	31/03/2024	31/03/2023
Passivo circulante		
Fornecimento de cana		
Agropecuária Iracema Ltda.	740	2.257
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	1.685	993
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	707	707
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	8.705	6.753
Demais contas a pagar		
Usina São Francisco S.A.	6	3
Usina Uberaba S.A.	<u>1</u>	<u>1</u>
	11.844	10.714
Passivo não circulante		
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	51.760	56.112
	31/03/2024	31/03/2023
Venda de cana-de-açúcar e outras		
Usina São Francisco S.A.	67.830	69.172
Usina Uberaba S.A.	7.524	9.280
Agropecuária Iracema Ltda.	<u>41</u>	<u>104</u>
	75.395	78.556

	31/03/2024	31/03/2023
Compra de energia, cana-de-açúcar e outras		
Usina São Francisco S.A.	5.451	7.937
Agropecuária Iracema Ltda.	4.554	4.262
Usina Uberaba S.A.	1	1
Cana-de-açúcar partes relacionadas	22.219	14.975
	32.225	27.175

c. Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

A Companhia possui ainda contrato de exclusividade de fornecimento de cana-de-açúcar orgânica, junto a Usina São Francisco S.A., com prazo até a safra 2025/2026, realizado em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

Vide demais operações com a parte relacionada Cooperativa nas notas 29, 30 e 31.

d. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista dos contratos de empréstimos da Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2024 e 2023, o capital social está representado por 2.069.527 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 28 de julho de 2023 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 156.396, decorrente de deliberação assemblear.

Em 29 de julho de 2022 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 124.811, decorrente de deliberação assemblear.

b. Ações em tesouraria

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 não houve aquisição de ações de acionistas, de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A – Grupo Econômico Balbo”. Até 31 de março de 2023 haviam sido adquiridas 200.837 ações da Companhia. (Nota 22)

c. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n°. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 não foi feita reserva de lucros para aquisição de ações. (2023 - R\$ 54.290). (Nota 22)

(iii) Reserva reflexa de investida

Subvenções governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

(iv) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (i), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios fiscais de ICMS reconhecidos extemporaneamente referente ao período de 2017 a 2023, no montante de R\$ 49.959 (líquido do efeito da realização de dividendos e aumento de capital).

d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleia dos acionistas realizada em 28 de julho de 2023 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 7.135 e na assembleia em 29 de julho de 2022, R\$ 10.795.

A distribuição proposta pela Administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	31/03/2024	31/03/2023
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	289.774	173.048
(-) Reserva legal – 5%	(14.489)	(8.652)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	(1.449)	(865)
(-) Constituição de Reserva Incentivos Fiscais	(49.959)	-
Lucros à disposição da Assembleia Geral	<u>223.877</u>	<u>163.531</u>

O resultado do exercício em 31 de março de 2024, após destinações legais, apresentado na rubrica “Lucro a deliberar”, serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária aos acionistas a ser realizada no prazo previsto na legislação.

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol, derivados de levedura para o mercado interno e externo e cana-de-açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2024	31/03/2023
Açúcar	535.332	402.212
Etanol	322.790	335.044
CBIOS	9.944	9.673
Derivados de levedura	15.778	13.681
Receita de cana-de-açúcar	43.980	44.283
Serviços prestados	10.304	11.652
Energia elétrica	8.629	25.629
Óleo diesel	23.785	26.027
Outras vendas	5.809	3.271
	<hr/>	<hr/>
Receita bruta	976.351	871.472
(-) Impostos sobre vendas	(57.726)	(45.739)
(-) Devoluções e abatimentos	(108)	-
	<hr/>	<hr/>
	<u>918.517</u>	<u>825.733</u>

28 Custos de produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos, depreciação da lavoura, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, mão de obra, combustíveis e lubrificantes, serviços de terceiros e materiais de manutenção, as quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 98% do total do custo de produção dos produtos acabados da Companhia.

29 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2024	31/03/2023
Despesa com pessoal	(32.478)	(26.309)
Depreciação e amortização	(1.118)	(672)
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagens	(4.843)	(4.584)
Fretes, transportes e armazenagem - Cooperativa	(24.782)	(15.413)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(9.018)	(5.650)
Demandas trabalhistas, cíveis e tributárias	(1.386)	(1.543)
Outras despesas	(8.090)	(6.982)
	<hr/>	<hr/>
	<u>(81.715)</u>	<u>(61.153)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	(32.863)	(21.792)
Administrativas e gerais	(48.852)	(39.361)
	<hr/>	<hr/>
	<u>(81.715)</u>	<u>(61.153)</u>

30 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais - Cooperativa	1.628	1.783
Reembolso de sinistros	6	580
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	592	603
Receita verba indenizatória (nota 3.16)	192.932	72.677
Dividendos	108	141
Ganho por variação patrimonial em investida	6.688	25.716
Outras receitas operacionais	2.009	323
	203.963	101.823
Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(5.766)	(4.462)
Custo na alienação de imobilizado	(105)	(11)
Provisões e despesas sobre verba indenizatória (nota 3.16)	(37.503)	(14.188)
Outras despesas operacionais	(557)	(1.561)
	(43.931)	(20.222)
	160.032	81.601

31 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	1.522	1.143
Juros aplicações financeiras	18.003	22.911
Juros demais operações e descontos financeiros	26.758	6.231
Resultado positivo instrumentos derivativos	-	844
	46.283	31.129
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(1.071)	(1.864)
Juros apropriados sobre financiamentos	(18.810)	(23.536)
Juros passivos de arrendamento	(63)	(201)
Atualização de aquisição de ações	(4.353)	(6.021)
Juros demais operações	(1.009)	(1.633)
Resultado negativo instrumentos derivativos	(962)	-
	(26.268)	(33.255)
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	1	(462)
	20.016	(2.588)

32 Compromissos

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras a Companhia tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica. Em 31 de março de 2024, o volume

desses compromissos totaliza aproximadamente 124.395 metros cúbicos de etanol e 4.298.239 unicops de açúcar, a serem cumpridos até 31 de março de 2025.

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

Compras de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

33 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2024 a cobertura de seguros contra riscos é apresentada conforme abaixo:

Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Equipamentos	600.000
Estoques de etanol em poder da Cooperativa	167.066
Estoques de açúcar em poder da Cooperativa	153.734
Recall	5.000
D & O	45.000
Responsabilidade Civil Geral	7.500
Lucros cessantes	542.137

- (i) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Companhia, a Usina São Francisco S.A. e a Usina Uberaba S.A.

34 Eventos subsequentes

Nos meses de maio e junho de 2024, a Companhia recebeu o valor de R\$ 80.850, referente a pedido de ressarcimento de tributos federais (IR/CS) recolhidos a maior em períodos anteriores. O valor total dos tributos a recuperar pela Companhia, desta natureza, está descrito na nota 12(iv).